



ELEIÇÕES APEB

Eleita nova diretoria, liderada pela procuradora Cinthya Viana Freire Fingergut. Leia matéria e entrevista com a presidente eleita na pág. 19

Ano III - 2021

Nº 003

Anuário

Associação dos Procuradores
do Estado da Bahia

Apeb



A FORÇA DA REDE

O ano de 2021 trouxe marcos importantes para a Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB). Um dos principais é que, por conta da pandemia, a necessidade de estreitar 'nós' e fortalecer as redes de conexões, ligadas por interesses coletivos comuns, se tornou mais evidente. Os atos e frutos colhidos pela atual gestão só demonstram a força que estas coligações têm e respaldam em várias conquistas aqui registradas e que alcançam diversos ambientes de relações da APEB nas esferas política, jurídica, social, assistencial, legislativa, cultural.

A presidente da associação, que também é segunda vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados do Distrito Federal (ANAPE), Cristiane Guimarães, faz, aqui nesta publicação, seu balanço antes de deixar o posto que assumiu por três anos consecutivos na presidência da APEB, além de igual período anterior à frente da Vice Presidência. Ao longo desta edição, será possível acompanhar todos os feitos e atos do ano de 2021 que refletem a ação em rede, marca da atual diretoria! Leia nas páginas 12 a 17.

APEB

Associação dos Procuradores
do Estado da Bahia

Ano III - 2022

Anuário

Associação do Procuradores
do Estado da Bahia

Apeb

SUMÁRIO

DIRETORIA

Diretora Presidente:

Cristiane Santana Guimarães

Vice-Presidente:

Tatiana Martins de Oliveira

Secretário Geral:

Ubenilson Colombiano Matos dos Santos

Diretor Financeiro:

Arley Cavalcante de Oliveira

Diretor de Inativos/Pensionistas:

Alba Freire de Carvalho Ribeiro da Silva

Diretor Social e de Divulgação:

Tatiana Martins de Oliveira

Diretor Jurídico e de Prerrogativas:

Roberto Lima Figueiredo

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Membros Efetivos:

Miguel Calmon Teixeira de Carvalho

Dantas

André Luiz Peixoto Fernandes

Mariana Machado da Nóbrega

Membros Suplentes:

Iara Alves de Paiva Lima

Rosana Jezler Galvão

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Durval Júlio Ramos Neto

Walsimar dos Santos Brandão

Evandro Dias Costa

Membros Suplentes:

Téssio Rauff de Carvalho Moura

Ana Paula Tomaz Martins

CONSELHO DE ÉTICA

Membros Efetivos:

Antônio Ernesto Leite Rodrigues

Mário César da Silva Lima

Dâmia Mirian Lâmega Bulos Sena

Membro Suplente:

Marcela Capachi Nogueira Soares

Mário Rodrigues Coelho Neto

3 Fala Presidente

Retrospectiva das ações.

6 Atos da Diretoria

Resumo da atuação da diretoria da APEB em 2021.

7 Pauta Nacional

Apeb à frente de pautas nacionais junto a ANAPE.

12 Capa

Atuação em rede é marco da gestão da APEB em 2021

18 Especial

Novo corpo diretivo assume gestão da APEB no triênio 2022/2024

22 APEB Entrevista

Entrevista com Daniela Lima de Andrade Borges - presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Bahia

25 Representatividade

Audiência Pública discute reforma administrativa e recomposição inflacionária na ALBA

27 Eventos Científicos

Webinar sobre reforma administrativa

29 Social

Encontros online no Mês da Mulher

31 Destaque

Procuradores são contemplados com o Prêmio Alice Gonzalez

FICHA TÉCNICA: Coordenação editorial: Cannal de Ideias em Comunicação • **Jornalista responsável:** Carla Ferreira Moraes DRT/BA 1894 • **Projeto gráfico, diagramação e arte-finalização:** Arnaldo Miranda/Gato de AP.



GOUVERNER LES MÉMOIRES

O objetivo dos Anuários produzidos pela APEB para os seus associados é para que servindo-nos deles para atualizar, rememorar e reacender a memória associativa na construção de uma narrativa de classe que ateste ou se contraponha à narrativa coletiva feita pelos poderes públicos, seja parte integrante do seu modo de atuação política. O momento das urnas (2022) é o ambiente propício para a classe exercitar a memória coletiva e evitar o esquecimento-negação de que nenhum apoio de governo ou da casa legislativa, lhe foi ofertado quando das perdas de prerrogativas e salariais, exceto àquele ofertado por Deputados da Minoria. Portanto, em fase de mudança política no quadro estadual precisamos atentar ao movimento de construção amnésica oficial em face das crescentes perdas de salariais, aliadas ao incremento do desconto previdenciário na reforma previdenciária local, a perda da advocacia plena e de garantias do servidor público advindas com as alterações legislativas governamentais e, especialmente da constante porta cerrada do governo atual para as Associações de Classe. Para isto e para mantermos em nossas memórias, em tempos de distanciamen-

to pandêmico, que a tríade de Anuários se completa ao final da gestão.

Neles, você associado encontrará a memória do trabalho desta Gestão (2019-2021) e, acaso, em sua perspectiva, entender por bem e, de outra forma desejar realizar o esquecimento terapêutico, o “razoável esquecimento”, poderá seguir como o apelo de Nietzsche em Zarathustra para uma forma ativa de esquecimento. O excesso de memória aniquila a vida, reativa o sempiterno ressentimento, aprisiona o homem ao passado: “libertar os homens passados e transformar todos “foi assim” em um “era isso que queria que fosse” - eis o que eu denomino inicialmente como redenção [...]. Querer libertar: mas como denominar o que mantém o próprio liberador aprisionado? “Foi assim”: tal é o nome do ranger de dentes da vontade e da tristeza mais solitária. Impotente diante do fato, a vontade é um mau público para o passado. A vontade não pode querer voltar atrás: não pode interromper o tempo e o desejo do tempo- ai está sua mais solitária tristeza”. Se assim desejar, poderá tão somente folhear o anuário e constatar as **INÚMERAS CONEXÕES.**

TRÊS ANOS EM UM CLIQUE

Ano de chegada, 2019 acende a luz de uma APEB que se interioriza e se lança no Seminário de Direito Público do SUDOESTE baiano, em homenagem aos 30 anos da Constituição do Estado da Bahia: A REFORMA TRIBUTÁRIA QUE O PAÍS PRECISA, realizado em Vitória da Conquista, em articulação com organizações públicas e privadas. Uma **ESPERADA CONEXÃO** com os colegas que atuam no interior do Estado e a sociedade local, demonstrando a importância da advocacia pública.

A APEB também organizou em parceria do APMS, AMCHAM, CAMES e OAB o **Seminário Arbitragem na Administração Pública**, tal se evidencia a importância desta temática na atuação pública, com lançamento da Revista APEB de mesmo título. De igual modo, a APEB também foi convidada para participar do Fórum Nacional do Poder Público cuidando da Relatoria do Grupo de Arbitragem e Fazenda Pública elaborando Enunciados e defendendo as propostas em Plenária.

Assim, ao final de 2019 início de 2020 nos firmamos na defesa nacional dos nossos honorários, no paredão da advocacias públicas unidas nos Corredores do Congresso Nacional, sem hora para retornar para casa. Nessa mesma fase, não bastasse a luta nacional, outra luta inglória, de âmbito estadual, se formava para evitar mais uma perda na

redução dos honorários percebidos em anistia. Aqui é preciso marcar um dos legados dessa gestão, **a interação entre os associados, unidos na ALBA e no Congresso Nacional, para convencimento da Casa Legislativa**, mesmo sabendo que a luta seria renhida e a batalha vencida pela maioria do governo, nunca esqueceremos da presença dos 80 Procuradores na ALBA! Uma **GRANDE CONEXÃO**.

Ao final de 2019 vimos a necessidade de Força para além dos muros apebianos, **necessidade de conexão** entre iguais para a trincheira da luta. A APEB tinha que expandir! Na sala de Reunião da APEB, atendendo ao nosso convite reuniram-se as Associações de classe AMAB, AMPEB, ADEP, AGGEB e IAF, surgindo **o Carreiras de Estado Organizadas – o CEO**, um dos maiores legados que deixamos nessa gestão. **Uma PODEROSA CONEXÃO**.

Em 2020 recebemos o Conselho Deliberativo da ANAPE na Bahia e nessa ocasião realizamos o Seminário Advocacia Pública Inovadora. Marcello Terto tratou de Honorários e outras Prerrogativas do Advogado Público; Habilidades para a Advocacia do Futuro por Bruno Cunha e Teletrabalho com Cibele Titonel, este último tema parecia como presságio do porvir

Em 2020 testamos de verdade a Lei de Murphy (se alguma coisa tem chance de sair erra-

do, certamente sairá e da pior maneira possível!). A Pandemia nos exigiu **transformações instantâneas**. A APEB tinha que se amoldar, funcionar à distância, apoiar as campanhas e jamais deixar morrer o espírito associativo. Nossos direitos sendo reduzidos, em ambientes de votações virtuais, todas as lutas da nossa classe, antes historicamente realizadas no corpo a corpo, se transformaram em lutas virtuais, em convencimento telefônico e com abordagens mais estratégicas. Muitas informações à classe eram fornecidas, quase imediatamente, através de informativos nos grupos de whatsapp, ambiente que muito serviu para início das reuniões por vídeo. A atividade finalística era demonstrada à sociedade na hashtag da vez: **#Os procuradores do estado não param**.

Toda a equipe de comunicação aliava-se à inventividade da diretoria e dos associados e às conexões que se formava. Nesse período mais de **10 lives voltadas à Mediação e Arbitragem, muitas Webinars temáticas a exemplo da Arbitragem Tributária, Vozes Femininas, Cooperação Judiciária** a variedade dos **Shows de Talentos** de nossos Procuradores, intercalados com a publicação dos **Contos de Procuradores**, as **Sexta Soft** e as Campanhas da **CONEXÃO SOLIDÁRIA** com mais de R\$ 29.000,00 em doações com efetiva entrega pelo CEO, tornavam o dia a dia em home office mais amenos, menos sofridos e

a felicidade era nos vermos um ao outro **de forma virtual**, uma **NOVA E DINÂMICA CONEXÃO**. Publicamos neste período dois prêmios Alice Borges, dois livros sobre a LGPD e Arbitragem na Administração Pública e instituímos o prêmio de Inovação Joselita Leão.

O mundo não é mais o mesmo. Nossas interações se modificaram.

Em 2021 três campanhas merecem destaque, a **Sororidade, Eu sou Vc no Estado, Paridade de Gênero, o Sinal Vermelho contra Violência à Mulher e Fatos e Fakes da Vacina contra a COVID** e o ano começa marcado com a luta nacional contra a PEC Emergencial com alerta para o desmonte do serviço público, a luta para o **amadurecimento da Reforma Administrativa (PEC 32) e Recomposição Inflacionária Salarial**, com atuação efetiva da APEB na **CONEXÃO PARLAMENTAR** Nacional e Local (vide Nota Técnica de 29.06 de 2021; Nota de 7 de outubro de 2021 e atuação na ALBA em 4.10.2021)

Em 2021 também foi o ano da APEB tomar curso nacional com participações de sua Presidente e associados no ENPF, ENPS e no ENPMA, além do 47º Congresso Nacional de Procuradores de Estado e Distrito Federal presencial, em BSB. Uma **CONEXÃO NACIONAL**.

Em 2021 também foi ano da ir-resignação e quando termia o momento do diálogo fatalmen-

te inicia o das Judicializações em prol das nossas carreiras.

Mas também soubemos Confraternizar quando pudemos 2019 (com Axezinho Peixe), em 2020 (encontro virtual e sorteios) e 2021 (encontro presencial com Gambiarras e sorteios)

PUBLICAÇÕES

Na esteira do que podemos atribuir uma APEB ativa em produções científicas e culturais, temos as Publicações da REVISTA APEB, coletânea que foi aprimorada ao longo do triênio, os Anuários e Artigos publicados pela diretoria e por associados, fortalecendo a cada ano a inteligência coletiva, patrimônio intangível desta Associação.

AGRADECIMENTO

De início quero agradecer aos associados que me deram a oportunidade de Presidir a APEB, àqueles que, de plano, acreditaram no projeto que em 2019 foi apresentado, aos que em processo democrático eleitoral, se opuseram e, vencidos permaneceram temporariamente nessa posição, o que fez com que a nossa Diretoria se tornasse mais perspicaz, atenta e com escuta altamente ativa, o que nos proporcionou o real acolhimento e a quase eliminação da ausência de empatia. Meu agradecimento pessoal também vai à essa pequena, laboriosa, conselheira, inventiva e

espetacular diretoria.

Agradecer à ANAPE também transformada e empoderada e a toda liderança associativa nacional, meu presidente Vicente Braga e Diretoria.

Finalmente, enfatizar que esta Associação, ao completar seus 58 ANOS DE MUITA VIDA, ATIVA E ALTIVA, celebra com seus 320 associados uma nova Era, a **ERA DA CONEXÃO**, pois como diz Castells pela primeira vez na história, a unidade básica da organização econômica não é um sujeito individual [...] nem o coletivo. [...] Como tentei mostrar, a unidade é a REDE”

Excelente Leitura!



PRERROGATIVAS/ATUAÇÃO JUDICIAL: TABELA/ ASSESSORIA JURÍDICA

ATUAÇÃO JUDICIAL	SOBRE A AÇÃO	ANDAMENTO
Teto 2003 (Mandado de Segurança nº 8020337-92.2019.8.05.0000)	Estorno do teto – limite remuneratório a ser praticado em favor da carreira e a devolução de valores retroativos indevidamente descontados da remuneração. A ação busca o adimplemento das diferenças de teto reconhecidas administrativamente em 2003 e não pagas até o presente momento.	APEB deu entrada em petição com pedido de multa pessoal (requerimento nº 2600030120463 de 27/11/2003) em 15/03/2021. Houve novo peticionamento reiterando o descumprimento das ordens judiciais, ao tempo que requerendo imposição de multa pessoal em relação as autoridades coatoras em 15/06. Após diligências junto ao gabinete para fins de despacho e à secretária para fins de expedição dos mandados de notificação das autoridades coatoras quanto ao despacho a desembargadora. Em 08/09/2021 - petição do Estado informando o cumprimento.
Abono de permanência	Ação Direta de Inconstitucionalidade visando o reconhecimento das inconstitucionalidades presentes nos artigos 2º e 3º, §1º e 82º, I da Lei Estadual nº 14.262 de 13 de maio de 2020, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia.	Realizada sustentação oral no julgamento de medida cautelar em 28 de julho de 2021. Apresentados embargos de declaração (12/08) e contrarrazões ao extraordinário em favor em 06/10/2021
ADI/ contribuição previdenciária	ADI ajuizada buscando o reconhecimento das inconstitucionalidades presentes na Lei nº 14.250 de 18 de fevereiro de 2020 sobre a base de cálculo da contribuição previdenciária paga pelos servidores públicos aposentados e pensionistas. (majoração da base de cálculo da contribuição previdenciária dos proventos e pensões/supressão da isenção parcial da contribuição previdenciária para inativos e pensionistas portadores de doenças incapacitantes)	Manifestação quanto ao parecer do MP pelo sobrestamento até o julgamento da ADI em trâmite no STF e posterior decisão favorável ao sobrestamento. Agravo interno da decisão que determinou o sobrestamento. Julgamento do agravo - Agravo Conhecido e não provido- Processo sobrestado em razão a ADI nº 6.483, em tramite no STF.
Regras de transição para fins de aposentadoria	Ação Direta de Inconstitucionalidade visando dar interpretação conforme as alterações das regras previdenciárias realizadas pela Emenda à Constituição Federal de nº 103/19 e pela Emenda à Constituição do Estado da Bahia, evidenciando as irregularidades constantes da criação de novo regime jurídico previdenciário aos servidores que se beneficiariam das regras de transição das Emendas Constitucionais anteriores nº 41/03 e 47/05, de modo que a estes houvesse a manutenção dos requisitos previstos originariamente até que o Estado da Bahia suprisse as irregularidades demonstradas	Contrarrazões ao agravo interno interposto pelo Estado em face da decisão cautelar favorável. Petição de manifestação quanto aos pedidos de amicus. Petição com manifestação quanto à edição da ECE 27/21, ao tempo que requerendo julgamento procedente da ADI com modulação dos efeitos. Apresentados embargos de declaração em favor e acompanhamento do julgamento dos embargos de declaração do Estado- Embargos não acolhidos.
Reajuste Geral Anual (Processo nº 8038452-93.2021.8.05.0000)	ADI por omissão do Executivo em torno da ausência de pronunciamento devidamente fundamentado a respeito da impossibilidade de recomposição da remuneração dos servidores públicos estaduais no ano de 2022, estrita atenção a interpretação conferida pelo C. STF ao inciso X, art. 37 da CF/88.	Petição com manifestação quanto ao cabimento da ação e competência do TJ/BA para processamento e julgamento.
Licença prêmio (Processo nº 8021683-10.2021.8.05.0000)	Mandado de segurança para determinar o computo dos períodos efetivamente laborados para fins de concessão de licença prêmio, nos períodos de 2020 a 2021, após a vigência da LC nº 173/2020.	Interposto Agravo Interno para fins de concessão da liminar pleiteada
Benefício especial (Processo nº 8034558-12.2021.8.05.0000)	Mandado de Injunção com vistas a regulamentação de dispositivo constitucional de modo a viabilizar a fruição do benefício especial	Petição de amicus curiae.

ASSEMBLEIAS APEB

Cinco assembleias foram realizadas pela APEB ao longo de 2021, para deliberar sobre assuntos de interesse da classe. Veja abaixo, neste quadro, os principais assuntos que estiveram em discussão para deliberação.

14/01/2021	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de estorno de verba honorária a serem enviadas ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado; Propostas alternativas ao conteúdo do PLC nº 139/2019.
30/03/2021	<ul style="list-style-type: none"> Autorização de ingresso de ação coletiva contra o Banco Máxima S.A. (Credcesta); Encaminhamentos decorrentes do acórdão na ADI 6167 e acerca de paridade na percepção dos honorários;
06/10/2021	<ul style="list-style-type: none"> Prestação e aprovação de contas 2020; Discussão e deliberação sobre confraternização presencial de final de ano; Autorização para Judicialização visando garantir a contagem dos períodos laborados durante a vigência da Lei Complementar nº 173/2020 como período aquisitivo de licença-prêmio, a ser concedida em momento futuro
04/11/2021	<ul style="list-style-type: none"> Autorização para judicialização visando questionar a omissão do Estado da Bahia em razão da ausência de recomposição inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos do Estado da Bahia ou justificativa para a omissão; Apresentação dos trabalhos e dos contratos da Lume Assessoria e Escritório Azi e Torres
14/12/2021	<ul style="list-style-type: none"> Eleições para diretoria, Conselhos Fiscal e de Ética para o biênio 2022/2024

APEB ACOMPANHA PAUTAS NACIONAIS JUNTO A ANAPE

Bahia será sede de reunião do Conselho Deliberativo dia 28

A presidente da APEB, Cristiane Guimarães, que também é segunda vice-presidente da ANAPE, esteve à frente das discussões das pautas nacionais por causa da atuação ativa junto à entidade. No próximo dia 28, será a anfitriã da reunião do conselho deliberativo, que acontece em Salvador-BA, ocasião em que ocorrerá também a posse da nova diretoria da APEB.

No dia 25 de novembro, a presidente da APEB conduziu a Assembleia Geral Ordinária que encerrou a programação do XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, em que foram aprovados relatório e contas da atual diretoria executiva e escolhido o Estado do Rio Grande do Sul para sediar o evento em 2022.



Projetos de interesse da categoria em tramitação no Congresso Nacional, como a questão da inconstitucionalidade do Projeto de Lei de Improbidade aprovada na Câmara e em tramitação no Senado e a situação do relatório da Reforma Administrativa (PEC 32/20), prestes a ser votado, estiveram nas pautas das discussões.



Nota

PGE reconhece inconstitucionalidade do artigo 10 da LC 43/2017 e indica revisão de proventos de aposentadorias

ADI 6167 é discutida em encontro com ministra Carmem Lúcia

Em parecer, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE) reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 10 da Lei Complementar nº 43/2017, colocando que a Administração Pública não pode aplicá-lo ao expedir atos de aposentadoria de procuradores. O texto do procurador Miguel Calmon Dantas orienta a revisão de todos os atos de aposentação que tiveram na composição dos proventos parcela de honorários concedida apenas com base em tal legislação, procedendo com os recálculos, caso estes sejam necessários.

“Não é possível reconhecer direito à incorporação de parcela relativa a honorários aos proventos de aposentadoria que dele resulte imediata e exclusivamente”, diz o parecerista sobre a aplicação do artigo 10. Miguel Calmon Dantas também sugeriu a criação de um grupo de estudos para avaliar a proposta legislativa de implantação do regime de remuneração por subsídio no âmbito da carreira.

MINISTRA - A inconstitucionalidade do art. 10 da Lei Complementar nº 43/2017 foi tema de uma reunião entre a ministra Carmem Lúcia

e os representantes da APEB e da ANAPE. Estiveram presentes a presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, o presidente da ANAPE, Vicente Braga, e Carlos Frederico Braga, diretor de prerrogativas da ANAPE. Conforme explicou a presidente da APEB, na ocasião, foi reforçado o mérito dos embargos de declaração opostos pelo Estado da Bahia, resignado com a decisão da ADI 6167, e apresentado todos os argumentos que integram luta nacional da verba honorária da advocacia pública.

CONGRESSO NACIONAL DISCUTE DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ADVOCACIA PÚBLICA

Apeb preside mesa de debates sobre Direito Administrativo Cidadão



Procuradora aposentada da Bahia, Cléa Costa, recebe medalha Esperança Garcia

Com o tema “Advocacia Pública: Direitos Fundamentais e Políticas Públicas”, o XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal reuniu, em Brasília, procuradores de todo o país, nos dias 22 a 25 de novembro. A APEB, por meio de sua presidente Cristiane Guimarães, integrou a comissão organizadora do evento e assina uma das principais novidades: a Medalha Esperança Garcia.

A cerimônia de abertura, presidida pelo presidente da ANAPE, Vicente Braga, marcou o retorno presencial do evento, uma vez que, em 2020, o mesmo foi realizado de forma virtual por conta das medidas sanitárias impostas para conter o avanço da pandemia. Segundo Braga, foi um momento marcante e simbólico, tanto para a associação quanto para a carreira, por estar retomando as atividades presencialmente e representar toda uma luta contra a crise provocada pela COVID-19.

“Temos muito orgulho do trabalho desenvolvido pela advocacia pública. Colegas espalhados por esse país permitiram aos gestores legitimamente eleitos tomarem as melhores decisões para o resguardo da saúde pública, trabalhando diuturnamente para evitar irregularidades, encarando o desafio de chegar rapidamente a respostas judiciais mais adequadas para as latentes necessidades da população”, enfatizou, acrescentando que, além da pandemia, os procuradores enfrentam desafios importantes, como a luta pela manutenção das prerrogativas no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

A conferência que abriu a programação científica ficou a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, sobre Democracia e Liberdade de Expressão na Atualidade.

PARTICIPAÇÃO MARCANTE DA APEB

A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, além de integrar a comissão organizadora, presidiu o painel 4 do XLVII CNPE no dia 23/11, sobre Políticas Públicas e o Direito Administrativo Cidadão. O painel teve como palestrantes a professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Dallari Bucci, o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Affonso de Souza, o procurador do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Binenbojm e procuradora aposentada pelo estado da Bahia, Cléia Costa dos Santos.

Entre os temas que estiveram em discussão: “Direito e Políticas Públicas na Reconstrução do Estado Social”, “Liberdade de expressão, campanhas de desinformação e ataques à democracia: regulação estatal, moderação de conteúdo e autorregulação regulada na era digital” e “Tecendo uma administração cidadã”, este explorado pela



procuradora aposentada da Bahia, Cléia Costa dos Santos, que falou da sua atuação nos anos em que trabalhou na Procuradoria do estado, voltada às políticas públicas para redução da desigualdade social e racial.

MEDALHA ESPERANÇA GARCIA



A procuradora aposentada da Bahia, Cléia Costa dos Santos, recebeu, durante o XLVII CNPE, a medalha Esperança Garcia, honraria instituída pela ANAPE destinada a agradecer procuradores e personalidades merecedoras do reconhecimento por relevantes e excepcionais serviços prestados à Advocacia Pública, especialmente no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, inclusive estruturais.

A presidente da Apeb e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, participou da entrega da premiação, que reconheceu toda a atuação da procuradora nas políticas públicas para redução da desigualdade racial.

“O 47º CNPE, que tratou de direitos fundamentais no estado democrático, não poderia deixar de abordar uma das questões mais sensíveis, que muitos dos advogados públicos lidam na sua atividade diária, que é a luta pela igualdade social e o combate à discriminação racial”, de-

clarou Cristiane Guimarães ao destacar que a homenagem sempre demonstrou, na sua atividade diária na ativa, e agora, aposentada, a preocupação com o Estado igualitário e Políticas Públicas de combate efetivo da discriminação racial.

Bastante emocionada, Cleia Santos, que também é ex-presidente da APEB, agradeceu a honraria lembrando de toda a sua trajetória profissional e pessoal. “Esta medalha eu faço questão de estar com ela em todos os lugares”, declarou. Natural de Salvador, ela ingressou na Procuradoria-Geral do Estado (PGE) da Bahia em 1986, aos 23 anos, como uma das primeiras mulheres na ocupação do cargo. Dentre as suas contribuições na gestão das políticas afirmativas na Bahia estão a sua presença no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), até 2014, a participação na criação da Rede e do Estatuto de Promoção da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa da Bahia, e o assessoramento de comunidades quilombolas e povos de terreiro.

A Medalha Esperança Garcia, instituída pela ANAPE pela primeira vez em sua história, é uma homenagem à escrava Esperança Garcia, que foi reconhecida pela OAB/PI como a primeira advogada piauiense. A APEB foi a entidade proponente da honraria, cujo layout foi confeccionado na Bahia, tendo o intermédio da associação piauiense, que conseguiu autorização para uso da imagem da advogada negra que batizou a premiação. “Houve uma interação entre as associações estaduais e toda uma mobilização para viabilizar esta importante premiação”, contou a presidente da APEB.

(Este texto contém informações do site do 47º CNPE)

MEIO AMBIENTE É TEMA DE ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS

Evento deve entrar para o calendário anual

A atuação da advocacia pública no contencioso ambiental, no licenciamento e no agronegócio foram alguns dos temas levantados durante o I Encontro Nacional de Procuradorias do Meio Ambiente – ENPMA, ocorrido nos dias 16 e 17 de agosto.

O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal – ANAPE, contou com transmissão ao vivo pelo canal da entidade no Youtube e teve a participa-



ção do professor Paulo Affonso Leme Machado, uma das referências no Direito Ambiental Brasileiro, também procurador, que defendeu o encontro entrar para o calendário anual da entidade. A presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, participou da solenidade de abertura do evento. O procurador do Estado da Bahia, Arley Cavalcante de Oliveira, foi moderador da mesa sobre Conflitos Federativos e o Enfrentamento da Crise Hídrica.

Notas

Judicialização da saúde pública é tema do II ENPS



O II Encontro Nacional das Procuradorias de Saúde ocorreu nos dias 14 e 15 de junho, em formato on-line e com transmissão ao vivo pelo Youtube. A presidente da APEB, Cristiane Guimarães, recebeu a juíza federal especialista em saúde, Ana Carolina Morozowski, e o professor Daniel

Wang para tratar sobre a judicialização da saúde pública em tempos de Covid-19, e seus impactos durante a pandemia. O evento foi promovido pela ANAPE com o objetivo de ser um espaço para compartilhamento de informações e experiências entre os estados brasileiros e o distrito federal.

Seminário Nacional dos Cartórios Brasileiros

A procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, participou do Seminário Nacional dos Cartórios Brasileiros, promovido pelo Grupo de Trabalho dos Cartórios da Câmara Federal, com o objetivo de discutir e elaborar um novo marco legal para este segmento em todo o país. O evento, realizado na As-

sembleia Legislativa da Bahia (Alba), teve como tema “Os Novos Perfis do Notário e Registrador na Contemporaneidade” e contou com a presença de renomados especialistas da área, como os presidentes da Anoreg (Associação dos Notários e Registradores do Brasil), Cláudio Marçal, e da Confederação Nacional dos Notários e Registradores, Rogério Portugal.

REPRESENTATIVIDADE NO ENCONTRO NACIONAL DOS PROCURADORES FISCAIS



A APEB teve grande representatividade no VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais, ocorrido pela primeira vez em formato totalmente online, nos dias 10 e 11 de maio.

A presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, presidiu a mesa de encerramento, que teve como palestrantes os procuradores Marco Antonio Rodrigues (RJ) e o deputado federal Tadeu Alencar (PE), sobre projeto de Lei que altera a Lei de Execuções Fiscais, prevendo a possibilidade de execução administrativa da dívida ativa.

A procuradora baiana e presidente eleita da APEB para a gestão 2022/2024, Cinthya Viana Fingergut, mediou debate sobre a DIFAL no Supremo Tribunal Federal; o procurador da Bahia, Raimundo Andrade, participou da oficina sobre créditos fiscais e Bruno Cunha, também da PGE/BA, esteve na oficina sobre pessoas, processos e tecnologia na gestão e cobrança do crédito nas Procuradorias Estaduais. O evento, um dos mais concorridos da área fiscal no país, tem o objetivo de promover a troca de experiências e de expor as práticas bem sucedidas dos Estados.

ATUAÇÃO EM REDE É MARCO DA GESTÃO DA APEB EM 2021

Conexões em diversas instâncias favoreceram as conquistas e o balanço positivo



“Tudo o que se vê em torno do espírito de luta de classe é amparado numa rede”, disse Cristiane Guimarães.



A figura da teia de aranha, usada para exemplificar o conceito de rede de conexões explicado por Manuel Castells para definir a nova estrutura de relações que emergiu no âmbito da tecnologia da informação exemplifica muito bem o que a APEB presenciou neste ano de 2021.

A teia é comparada a fios ligados por “nós” que se relacionam, criam ambiências de convivência e formam uma rede. Castells, em sua obra “A sociedade em rede”, coloca que esse paradigma tem interação com a economia global, a geopolítica mundial e concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida. Uma estrutura social, amparada pela cultura de redes, que interliga comunidades e quebra fronteiras, conforme coloca Pierre Levy, associada ao surgimento de um ‘informacionalismo’ – espécie de busca incessante por informação e compartilhamento desta, para bom uso e aplicabilidade.

Atividades, grupos sociais e territórios dominantes por todo o globo estão conectados num sistema tecnológico, segundo Castells. “A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas”, explica o autor.

“As sociedades compartilham seus conhecimentos, o homem interage com o outro ampliando o conceito de inteligência coletiva, principalmente, através da interação com o outro, seja olho no olho ou pelos meios digitais” (Pierre Levy).

O movimento feito pela APEB em 2021, ano em que a diretoria encerra sua gestão, vem dentro deste cenário. Conforme explicou a presidente Cristiane Guimarães, a gestão precisou traba-

lhar em rede para avançar em seus pleitos e buscou conexões. A pandemia deixou isto mais evidente. “Tudo o que se vê em torno do espírito de luta de classe é amparado numa rede”, disse a presidente.

PARCERIA COM OUTRAS CARREIRAS



As parcerias com outras entidades foram algumas das conexões feitas pela APEB para construir a sua 'rede de atuação', representando um desses nós que Castells analisa. Cada nó é ligado a outro por uma conexão que está amparada na identidade. De acordo com Luis Martino, "identidades, sejam pessoais ou coletivas, costumam se organizar a partir de vínculos que reúnem indivíduos por algum traço, mais forte ou mais fraco, em comum".

Esses conceitos, na era do "informacionalismo" de Castells - que têm a Internet, o ambiente digital como carros-chefe e a Cibercultura como marca - colocam o ser humano diante de "um mar de conhecimento, onde é preciso escolher, selecionar e filtrar as informações, para organizá-las em grupos e comunidades onde seja possível trocar ideias, compartilhar interesses e criar uma inteligência coletiva", citando Pierre Levy.

Foi essa inteligência coletiva que guiou a APEB para juntar-se à rede formada por outras associações de classe e federações, como o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). "As sociedades comparti-

lham seus conhecimentos, o homem interage com o outro ampliando o conceito de inteligência coletiva, principalmente, através da interação com o outro seja olho no olho ou pelos meios digitais", coloca Levy.

O Fonacate buscou soluções, caminhos de enfrentar propostas de emendas constitucionais, edições de leis que lesariam o servidor público. As reformas administrativa e da previdência, discutidas pelo Congresso Nacional (esta última aprovada com alterações à versão original), foram pautas que juntaram as carreiras pelo zelo do serviço público, e muitas vitórias provenientes destas lutas já podem ser celebradas. "As funções essenciais de Estado estiveram representadas por essa rede, que abraçou coletivamente a luta", disse Cristiane Guimarães.

A atuação junto a parlamentares buscando a garantia das prerrogativas, que também se viram ameaçadas, como a questão dos honorários advocatícios para o advogado público, também levaram a APEB a integrar e agir em rede. A associação fez parte do Movimento Nacional pela Advocacia Pública, que realizou vários atos pela valorização da atividade.

CEO

Muitas ações em conjunto, inclusive na Justiça, foram realizadas pelo Coletivo de Carreiras de Estado Organizadas (CEO), formado pela APEB juntamente com o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) Sindical, Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia (ADEP/BA), Associação dos Gestores Governamentais do Estado da Bahia (AGGEB) e a Associação do Ministério Público da Bahia (AMPEB).

O CEO foi protagonista das principais lutas das carreiras de Estado na Bahia, com vitórias que podem ser lidas nesta edição, como o pedido cautelar que manteve regime previdenciário anterior para servidores que ingressaram até 2003, a ação judicial para recomposição inflacionária salarial, os atos estaduais contra a reforma administrativa.

“Nas ações de enfrentamento à pandemia também buscamos as redes para realizar a campanha de vacinação, as ações solidárias para auxiliar os hipossufi-



cientes”, explicou Cristiane Guimarães, citando o Projeto Conexão Solidária, que uniu entidades de todo o Brasil na arrecadação de alimentos para a população carente durante a pandemia.

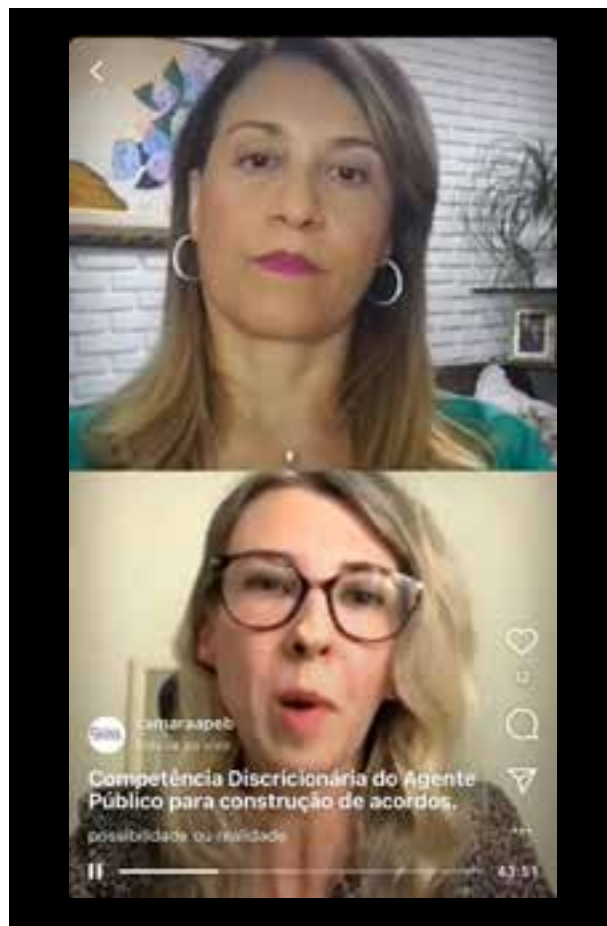
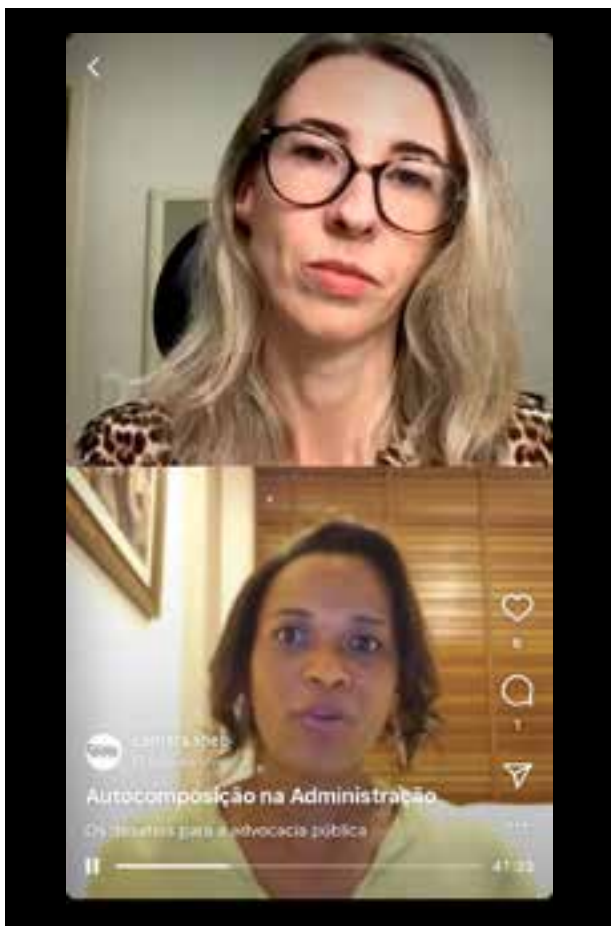
Muitos dos eventos científicos, voltados para a formação do procurador, também foram realizados em conjunto com outras entidades, a exemplo da Associação dos Procuradores do Município do Salvador. “Há um elo entre todos, um lugar comum que nos une e fortalece, isso é muito claro”, resumiu, assim como a parceria com a Unifacs, por meio de convênio, para o núcleo de mediação prática.

LIVES NA ANAPE



A presidente da APEB também comandou discussões nacionais em lives da ANAPE. Diversos temas, como a nova lei de licitações, cooperação judiciária, tecnologia na Advocacia Pública, estiveram em pauta em mais esta conexão!

CÂMARA DE MEDIAÇÃO: DESTAQUE NACIONAL



Comunicação não-violenta e sentido de conciliação, outros conceitos que surgem dessa era preconizada por Castells, Levy, Martino e outros autores, são as palavras que definem a atuação da Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da APEB, criada nesta gestão e pioneira no incentivo dos Meios Adequados de Solução de Conflitos na seara da Administração Pública do Estado da Bahia.

A CAM-APEB, órgão da Associação, surgiu da necessidade de difusão dos meios autocompositivos tendo em vista as alterações legislativas no CPC/2015, na Lei de Mediação e na Lei de Arbitragem, que institui a mediação judicial e extrajudicial no país. A câmara oferta à sociedade baiana a possibilidade de resolução de conflitos, utilizando os procedimentos da Mediação, Conciliação e Arbitragem em diversas áreas temáticas, com pro-

fissionais habilitados e especializados.

Além das atividades que evitam a judicialização por meio da conciliação, a CAM-APEB também realiza eventos e formações na área, estimulando a prática em outras instâncias, além de participar de ações conjuntas com o Observatório da Pacificação Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA e PGE-BA.

A importância da atuação das câmaras técnicas nos estados, inclusive, foi destaque do XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e DF (XLVII CNPE), que premiou o procurador do Pará Thiago Vasconcellos Jesus com o Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto, e honrou sua tese "A Advocacia Pública Compositiva e os Direitos Fundamentais". Thiago é um dos incentivadores e orientadores da CAM-APEB.

CAMPANHAS SOLIDÁRIAS



A solidariedade também integrou a atuação em rede da APEB em 2021. A associação se uniu a outras entidades fortalecendo e ampliando a rede de assistência à população vulnerável do estado e do país.

Entre as campanhas, esteve a “Destine Amor”, que arrecadou contribuições para o Martagão Gesteira no atendimento às crianças por meio da destinação de parte do Imposto de Renda (IR) via fundo da infância e adolescência. A APEB incentivou os seus associados a aderirem e a ação teve arrecadação recorde, auxiliando na reforma de uma das enfermarias da unidade.

O Conexão Solidária também se uniu à ação de solidariedade voltada para auxiliar os desabrigados no Sul do Estado por conta das enchentes que destruíram casas e cidades no final do ano. A APEB, juntamente com outras entidades de todo o Brasil, se mobilizou, divulgou formas de doar diretamente para as prefeituras que teve suas sedes mais afetadas pelas chuvas e fez doações.

Este projeto também entregou, no começo do ano, mais de 1.300 cestas básicas a entidades de

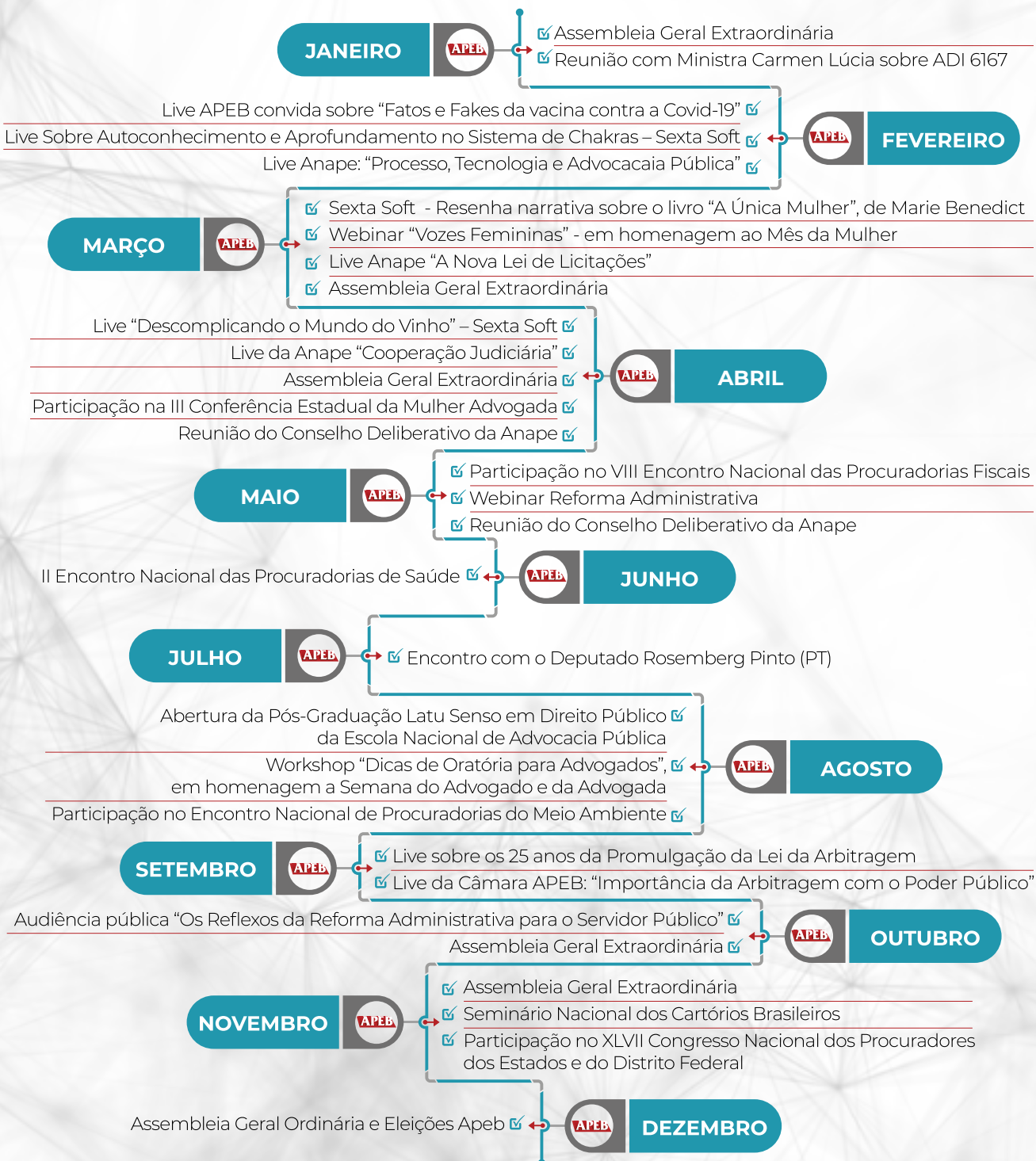
assistência social: 984 cestas foram doadas a 24 selecionadas pelos integrantes do CEO, que contemplam pessoas em situação de vulnerabilidade social. Outras 316 cestas foram repassadas através de campanhas específicas realizadas pela Band Bahia e pela Rede Bahia em parceria com a CUFA – Central Única das Favelas.

Os recursos para a aquisição das 1.300 cestas vieram de um acordo pré-processual celebrado entre as associações do CEO e uma instituição financeira, que ficou responsável pela distribuição dos kits. Além de alimentos, itens de limpeza também foram entregues, a exemplo de álcool a 70%

A campanha Conexão Solidária Bahia foi lançada ainda no início da pandemia em 2020, com o objetivo de apoiar grupos de pessoas mais impactadas pela crise sanitária instalada. Para a presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB), Cristiane Guimarães, foi muito importante que a entidade cumprisse seu papel social em meio à crise sanitária, que afetou muitas famílias.

(Texto com informações do CEO)

LINHA DO TEMPO APEB 2021 – EVENTOS ONLINE



NOVO CORPO DIRETIVO ASSUME GESTÃO DA APEB NO TRIÊNIO 2022/2024

Novos membros tomam posse ainda neste mês de Janeiro na diretoria, mesa de assembleia geral, conselhos fiscal e de ética da APEB para o triênio 2022/2024. A chapa eleita, intitulada “APEB para todos”, liderada pela procuradora Cynthia Viana Fingergut, venceu a chapa “Renascer APEB”, liderada pelo procurador Walsimar dos Santos Brandão, por 134 votos contra 68, sendo que foram contabilizados ainda dois votos nulos e um branco.

A eleição aconteceu durante Assembleia Geral Ordinária no dia 14 de dezembro, com dois locais de votação na modalidade presencial (a sede da associação e a sede da PGE-BA) e um remoto, para quem solicitou login e senha. Os votos foram contabilizados eletronicamente.

O processo eleitoral, instaurado pela atual gestão da APEB, promoveu também a instalação da Co-

missão Eleitoral, constituída pelos associados José Augusto Martins Júnior, Fabiana Araújo Andrade Costa e Marisa Idalência de Souza, e um encontro entre os procuradores e candidatos a presidente com o objetivo de alinhar e definir os últimos detalhes do pleito.

Na reunião, foi firmado um acordo para as ações de publicidade e a realização de um debate para a exposição das propostas via *live*. Todos os atos foram acompanhados pelos membros da comissão eleitoral, responsável pela organização e demais trâmites.



CONHEÇA A COMPOSIÇÃO DA CHAPA VENCEDORA

DIRETORIA

Presidente: Cinthya Viana Freire Fingergut;
Vice-Presidente: Arley Cavalcante de Oliveira;
Secretária Geral: Patrícia Saback P. Startari de Oliveira;
Diretoria Financeira: Eduardo Santos Sales;
Diretoria Inativos: Alba Freire de Carvalho Ribeiro da Silva;
Diretoria Social e de Comunicação: Rosana Jezler Galvão;
Diretor Jurídico e de Prerrogativas: Ayrton Bittencourt Lobo Neto;

MESA ASSEMBLEIA GERAL

1º Efetivo: Cláudia Maria de Souza Moura;
2º Efetivo: Bruno Espiñeira Lemos;
3º Efetivo: Roberto Lima Figueiredo;
Suplente: Adriana Lopes Vianna;
Suplente: Mariana Gouveia Dias Dattoli;

CONSELHO DE ÉTICA

1ª Efetiva: Joselita Cardoso Leão;
2ª Efetiva: Maristela Barbosa Santos;
3ª Efetiva: Cibele Andrade Pessoa de Freitas Titonel;
Suplente: Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas;
Suplente: Céli Conceição Gomes Guimarães.

CONSELHO FISCAL

1ª Efetivo: Tésio Rauff de Carvalho Moura;
2º Efetivo: Joaquim Ribeiro de Araújo;
3º Efetivo: Leonardo Sérgio Pontes Gaudenzi;
Suplente: Andréa Sento-Sé Valverde;
Suplente: Maria Pérpetua de Oliveira Freire.



Cynthia Viana Fingergut

Presidente eleita da APEB
para o biênio 2022/2024

Esta é a primeira vez que a senhora assume a gestão da APEB. O que pensa ser o maior desafio para a gestão?

Considero como o maior desafio da gestão manter a classe mobilizada e confiante quanto a possibilidade de mudanças reais, ante um cenário de incertezas globais. Precisamos manter esse estado de alerta e de confiança para buscar a efetivação de direitos dos nossos associados, bem como para que estes sejam cumpridos adequadamente e, sem tanta demora. Para isso, a associação tem a missão de mostrar a relevância e o excelente desempenho dos procuradores e procuradoras, inclusive durante a pandemia, apresentando os resultados significativos alcançados junto aos gestores públicos e ao cidadão.

Quais as prioridades da próxima gestão da APEB?

Fui eleita defendendo que a associação avançasse na busca por melhorias para carreira, tendo propostas baseadas em três eixos principais - buscar melhorias na remuneração, nas condições de trabalho e no acompanhamento da saúde integral do procurador.

Para tanto, pretendo traçar estratégias, juntamente com nossa diretoria e conselheiros, para lidar com riscos específicos para advocacia pública, com a defesa intransigente às prerrogativas historicamente assegurada aos procuradores do estado - lutando pelo direito à advocacia plena; a insuficiência de procuradores nas representações no interior e na capital; e outros riscos desconhecidos, como o aumento de doenças, como depressão, ansiedade decorrente da pandemia.



Evidentemente, que, ainda, é preciso manter desperto o interesse da classe pelo aprimoramento intelectual e científico à medida que novos temas vão surgindo, a exemplo da tecnologia, pois sabemos que tratará benefícios e podem melhorar significativamente a qualidade do trabalho. Não podemos parar nunca de aprender.

Como fortalecer a Advocacia Pública no Estado frente às ameaças trazidas pelas proposições recentes, a exemplo da Reforma Administrativa, que desvalorizam o serviço público?

A reforma administrativa não desvaloriza o servidor público apenas, ela desvaloriza o cidadão na medida em que este merece ser atendido por profissionais motivados, bem remunerados, e com os instrumentos necessários para realizar suas atividades com eficiência. É fundamental manter uma equipe motivada, onde se desenvolvam habilidades e competências e, no setor público, é preciso que isso ocorra de forma duradora, de modo a reter talentos que serão responsáveis por avanços nas instituições estatais. Reformas que reduzem direito e garantias desestimulam seus colaboradores, reduzem o desempenho e propiciam a insegurança jurídica, incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Qual o papel da associação neste cenário?

Como disse, a associação tem o dever de mostrar a relevância e o bom desempenho dos procuradores e procuradoras, essenciais para o funcionamento da Justiça, no atendimento ao gestor público e ao cidadão. O procurador do Estado é um defensor da Constituição, da Lei, da igualdade, da moralidade, da Justiça, do devido processo legal, dos direitos e garantias individuais e da cidadania. Esses são princípios perenes e inegociáveis. Não somos procuradores de governos.

Precisamos lutar para nos adequar às mudanças na sociedade, sendo guiados na busca pelas soluções adequadas, especialmente, quando nossos direitos são vilipendiados – como na reforma administrativa – aprovada sem o amplo debate

da sociedade civil. A atuação da APEB sempre será proativa e de diálogo franco com seu associado(a), mas firme e propositiva, com relação à Administração.

Quais os desafios da Advocacia Pública e como enfrentá-los?

As transformações sociais invadem o espaço público – inteligência artificial, migração, crise econômica, corrupção, pandemia, comércio eletrônico, bit coin, algoritmos. O advogado público que defende incansavelmente o erário sem refletir essas mudanças está fadado ao insucesso. Seu principal desafio é exortar os gestores públicos a acompanhar essas transformações e inovar, reagir a automatismos dos pareceres e decisões administrativas enferrujadas, e se fixar na busca por respostas contemporâneas às questões postas pela sociedade, na perspectiva da lei e dos princípios constitucionais, ou seja, é dar um passo adiante. Se o acesso à justiça é uma realidade que permite a qualquer pessoa ir ao Poder Judiciário – e isso ocorreu devido à existência de uma Constituição-cidadã – é preciso ir além e identificar a raiz do conflito, construir espaços para o diálogo entre a Administração e o particular; fomentar a mediação e a arbitragem, colocar os órgãos para se comunicarem de forma efetiva, reduzindo a burocracia estatal; sugerir a supressão de rotinas inúteis e sistemas que já nascem obsoletos. A advocacia pública, portanto, tem esse importante papel de ser farol e parte da solução da política pública.

A última gestão teve como uma das marcas as conexões em redes, com forte diálogo interinstitucional, inclusive por meio do grupo de Carreiras de Estado Organizadas. O que pensa dessa linha de atuação?

A reunião das carreiras de Estado organizadas demonstra a virtude do associativismo em um grau mais elevado. Aristóteles dizia que “uma andorinha só não faz verão”, e a razão de ser desta frase tão popular é porque quando se vê o céu com todas elas, é possível afirmar que a estação mais

quente do ano chegou. Essa é principal virtude de reunir tantas associações, congregadas no planejamento e na execução de metas comuns, na medida em que resultará em melhores resultados para enfrentar o momento mais quente do ano, metaforicamente falando.

Assim, quando for preciso enfrentar decisões incompatíveis com as normas constitucionais e infraconstitucionais, a participação de todas as carreiras de estado para buscar soluções ou estratégias será uma consequência natural do esforço coletivo.

O que significa para a senhora estar na presidência de uma entidade de classe de peso como a APEB?

Aceitei este desafio com enorme alegria e satisfação. Sou procuradora do estado por vocação e trabalho todos os dias com a certeza de que escolhi a advocacia pública para exercer esta atividade e servir à coletividade. Quando um(a) procurador(a), evita um gasto público desnecessário por meio de uma consulta, parecer ou defesa, ele(a) está concretizando o princípio da eficiência e da economicidade; quando ele analisa um contrato para comprar medicamentos e orienta a correta aplicação da lei e do devido processo legal para o gestor público, ele melhora a atuação do Estado junto à sociedade. Ser presidente da APEB é ter a responsabilidade de buscar enaltecer os valores da carreira de que faço parte e que acredito – ética, coragem, honestidade, perseverança, e ter metas viáveis para fazer o melhor para os procuradores de todas as classes, ativos e inativos.

O que podemos esperar de Dra. Cinthya como presidente? Qual a mensagem que deixa para a classe?

Vivemos um momento singular em que a humanidade se defronta com o imponderável, com o sofrimento do mundo, desigualdades, com a dúvida no amanhã. Ao mesmo tempo, vemos a inovação, novas conquistas e o progresso. Não há desenvolvimento e inovação sem desconfor-

to, sem incômodo. “A necessidade é a mãe da invenção”, de acordo com Nassim Taleb. Estou convencida de que não precisamos mudar de país para fugir dos problemas da atualidade ou para evitar o imprevisível, porque ele irá acontecer em qualquer lugar. Ao contrário, tenho a convicção de que sabemos muito mais do que pensamos, e que estamos preparados para nos reprogramar, nos readaptar e criar novas oportunidades; consequentemente, encontrar soluções justas para nossas questões. Quero que você, associado(a), tenha a percepção de que faz parte um grupo coeso, forte e que tem visão, conhecimento, que se movimenta politicamente. Em cada momento da história, somos convidados a aprender e avançar, contudo, precisamos de muitas mãos, muito esforço individual e coletivo para produzir mudanças sem hesitar





DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES

**presidente da Ordem dos Advogados do Brasil
– seccional Bahia**

Primera mulher a ocupar a presidência da OAB-BA, Daniela Borges foi empossada junto à nova diretoria da seccional Bahia no dia 1º de Janeiro último, e posse solene ocorrida no último dia 20.

Na última publicação, em Janeiro de 2021, a então conselheira federal e presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, foi entrevistada pela associação e deu voz à principal bandeira de sua eleição como representante da classe: a paridade de gênero em pleitos de classe, conquista recente.

Natural de Itapetinga, na Bahia, Daniela é advogada tributarista há 20 anos, além de professora titular da UFBA e da Faculdade Baiana de Direito. Graduada e mestre na área tributária pela Universidade Federal de Minas Gerais, já foi conselheira seccional e diretora tesoureira da OAB-BA. Aqui, nesta entrevista, concedida após sua eleição e dias antes de assumir o cargo, a presidente da Ordem fala sobre a Advocacia Pública e os planos de sua gestão voltados para os advogados públicos. Boa leitura!

Você assumiu a presidência da OAB/BA como primeira presidente mulher da história da entidade. O que isso representa e como pode repercutir em outras entidades de classe?

Para mim, o ponto mais importante é isto ter vindo como a construção de um grupo e também de uma luta protagonizada por mulheres, mas com homens aliados. É a primeira vez na Bahia que a Seccional será presidida por uma mulher, e a primeira vez no Brasil que uma Seccional será dirigida por duas mulheres. Por si só, isso já é histórico, um marco. É um resultado dessa caminhada,

O maior desafio que a advocacia baiana enfrenta, hoje, decorre da crise do Judiciário no nosso estado, com a morosidade e a falta de efetividade na prestação jurisdicional.

não apenas minha e de Christianne, que as nossas trajetórias pessoais nos conduziram até este momento, mas somado às trajetórias de muitas mulheres protagonistas desta busca por maior presença feminina nos espaços e também de homens aliados. Na minha avaliação, isso torna essa conquista ainda mais histórica: não chego eu, chegamos muitas. Chegamos também como a afirmação do valor de um grupo que vem construindo isso na prática, trazendo para a realidade este compromisso. Para as entidades de classe, acredito que o crescimento do protagonismo feminino vai ajudar a diversificar, ain-

da mais, o debate e a representatividade da mulher em ambientes predominantemente masculinos.

Quais os desafios da Advocacia atualmente e como enfrentá-los?

O maior desafio que a advocacia baiana enfrenta, hoje, decorre da crise do Judiciário no nosso estado, com a morosidade e a falta de efetividade na prestação jurisdicional. Então, sem dúvida, o nosso maior desafio é, ao longo desses três anos, trabalhar na busca de um Judiciário com uma razoável duração do processo, que, de fato, nos traga uma efetividade na prestação jurisdicional. E a gente espera poder construir isso com o próprio tribunal, com toda a compreensão de que essa luta interessa não apenas à advocacia, mas ao Judiciário e, sobretudo, à sociedade, ao cidadão e à cidadã, que terminam esperando e não tendo, muitas vezes, a resposta do Judi-

ciário – e não só no tempo razoável: às vezes, a decisão demora tanto, que ela resta ineficaz.

Além disso, existem outras questões que dizem respeito ao dia a dia da advogada e do advogado no exercício da profissão, que são as prerrogativas da advocacia – as garantias para o exercício pleno da profissão. E essa luta em defesa das prerrogativas é uma luta em defesa da própria advocacia, do próprio direito de advogar de forma plena. Também a remuneração digna, porque remuneração é a vida da advocacia, os alvarás, os honorários são a vida do advogado e da advogada. A gente tem desafios em relação a magistrados que fixam honorários abaixo dos parâmetros legais, em relação a alvarás, precatórios. Então, atuaremos em todas essas frentes, buscando uma remuneração digna. Essas são as três principais frentes, além do papel que a OAB tem, não apenas no fortalecimento da advocacia, mas também na defesa da nossa Constituição, dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito

Qual o papel do advogado público e como destacar sua importância para a população neste momento de crise?

Função essencial à Justiça, prevista na Constituição Federal de 1988, a

advocacia pública tem, entre outras atribuições, o importante papel de atuar como um instrumento viabilizador das políticas públicas de Estado, aproximando a legalidade da legitimidade, ao interpretar a norma jurídica no

meio judicial e administrativo da maneira mais razoável e proporcional para o bem comum.

Para que possa exercer a atividade jurídica e defender o interesse público, sobretudo diante de cenários de crise, ela precisa ter sua carreira reconhecida. Sendo assim, o diálogo é essencial para comunicar à população a importância da atuação do advogado público enquanto agente garantidor de políticas públicas e de controle interno da administração pública.

Como fortalecer a Advocacia Pública frente às ameaças trazidas ao servidor público pela Reforma Administrativa?

A PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, tem diversos pontos polêmicos que fragilizam a carreira do servidor público. Para enfrentar a ameaça que ela representa, precisamos não apenas fomentar o debate sobre os riscos de sua aprovação, mas estimular mecanismos que garantam

o fortalecimento da carreira. Precisamos defender prerrogativas básicas da advocacia pública, como a percepção dos seus honorários advocatícios.

Os advogados públicos enquanto advogados detêm o direito de perceberem esses honorários. Trata-se de uma questão de isonomia. Seria um tratamento diferenciado injustificável autorizar a todos os advogados privados a percepção da verba honorária, excepcionando os advogados públicos. O próprio STF já declarou a constitucionalidade.

Ainda neste sentido, precisamos garantir à advocacia pública o direito de advogar. O advogado público não exerce suas funções em regime de tempo integral, e poucas atividades são consideradas incompatíveis com a carreira. Com exceção das atividades consideradas impedidas pelo Estatuto da Advocacia, servidores em cargos cujas funções

exigem segundo grau de escolaridade ou qualquer outro nível de ensino superior podem exercer a advocacia privada, desde que também tenham se graduado em Direito e estejam habilitados pela OAB.

Outro ponto importante, também, é estimular a capacitação técnica dos advogados públicos, não se restringindo apenas ao conhecimento adquirido em concurso público.

É a primeira vez na Bahia que a Seccional será presidida por uma mulher, e a primeira vez no Brasil que uma Seccional será dirigida por duas mulheres.

Para que possa exercer a atividade jurídica e defender o interesse público, sobretudo diante de cenários de crise, a carreira de advogado público precisa ser reconhecida.

O que a senhora planeja como prioridade para a Comissão da Advocacia Pública?

Trabalhar na defesa dessas prerrogativas e na valorização e fortalecimento da carreira, estimulando o debate com a sociedade. A OAB da Bahia sempre teve voz atuante e um olhar atento para as carreiras públicas da advocacia. Queremos contar com o poder e a força da nossa Comissão da Advocacia Pública para continuar levando essa voz adiante, fazendo os enfreamentos necessários e ratificando as garantias e a importância que a advocacia pública tem para o bom funcionamento de nossas instituições.

Qual o papel de uma associação de classe? Como vê a atuação das entidades de classe para a democracia em nosso Estado?

O principal papel de uma associação de classe é defender os interesses e direitos de uma determinada classe profissional. Sendo assim, o movimento associativista está diretamente relacionado ao exercício da democracia, uma vez que ele é organizado juridicamente para congregar e representar um conjunto de pessoas. Em busca de atingir objetivos comuns, as entidades de classe traçam as soluções e os caminhos em defesa da sociedade e dos interesses dos seus associados, garantindo a representatividade e a pluralidade de interesses sociais.

Como lidar com o Judiciário da Bahia depois da Operação Faroeste? Como a senhora vê a questão e como a OAB pode colaborar pela reputação do Poder no Estado?

Para lidar com essa situação do Judiciário, precisamos combater a crise moral instaurada. Juízes, desembargadores, servidores ou advogados e advogadas envolvidos nos casos de corrupção devem ser punidos e os órgãos que representam essas classes precisam prestar todo o apoio às investigações.

Os advogados públicos enquanto advogados detêm o direito de perceberem esses honorários.

A OAB da Bahia tem feito sua parte. Desde que tomamos conhecimento dos inquéritos 1.134/DF, decorrente da Operação Injusta Causa, e 1.258/DF, decorrente da Operação Faroeste, peticionamos, imediatamente e respectivamente, em idos de outubro e novembro de 2019, aos ministros Raul Araújo e Og Fernandes, ambos do STJ, que eram relatores dos referidos procedimentos.

Nos requerimentos apresentados e reiterados em diversas oportunidades, pleiteamos a vista dos autos que tramitavam protegidos pelo segredo de justiça, a fim de termos conhecimento do envolvimento de advogados nos fatos imputados, propiciando a apuração disciplinar de suas condutas.

Como não conseguíamos acesso aos ministros do STJ, em 2020, ajuizamos um Pedido de Providências junto a

Corregedoria do CNJ solicitando a remessa das cópias que possuíam e que norteavam a apuração, ao que recebemos a resposta de que não dispunham dos dados requeridos, dada a natureza sigilosa dos Inquéritos em curso.

Ajuizamos, também no ano de 2020, novo pedido de providências no CNJ. Após a decisão do CNJ negando intervenção junto aos ministros Raul Araújo e Og Fernandes para garantia do acesso aos autos, ajuizamos reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, distribuída ao Ministro Edson Fachin que negou a medida.

Ou seja, adotamos todas as providências que estavam ao nosso dispor para obtenção dos elementos mínimos necessários à individualização da conduta dos advogados e a instauração das competentes representações disciplinares pela OAB/BA.

Como será o relacionamento da OAB com outras entidades de classe na sua gestão?

Nos últimos anos, a OAB se destacou pela reabertura para a sociedade civil, dando ressonância aos anseios e aos embates próprios de uma sociedade democrática. A Ordem recuperou sua força e sua voz, representando diversos segmentos sociais. Nosso relacionamento com as entidades de classe será exatamente assim: aberto, franco e marcado pelo diálogo e pela luta dos interesses de quem deposita em nós a confiança da defesa de seus direitos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE REFORMA ADMINISTRATIVA E RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA NA ALBA



baiano sem a recomposição inflacionária há seis anos agrava ainda mais esta situação, porquanto não é justificado ao longo deste tempo pelo Governador do Estado”, observa a procuradora, que, em sua fala, solicitou a inclusão nas leis orçamentárias das recomposições. Por que não há tais previsões em lei durante todos estes anos?”, questionou.

Cristiane Guimarães considera que a falta de recomposição inflacionária já era injustificada antes da pandemia de Covid-19 e se torna mais ainda em tempo de retomada justamente porque não há previsão nas Leis Orçamentárias sobre tais recomposições.

“O reflexo da Reforma Administrativa para o servidor público” foi o tema da audiência pública ocorrida na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), no dia 04 de outubro, que contou com a presença e a participação da presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, uma das proponentes do evento, que foi acatado e promovido pelo deputado estadual Paulo Câmara (PSDB).

O evento integrou a agenda do Coletivo de Carreiras de Estado Organizadas (CEO), grupo de entidades que representa servidores públicos do Estado da Bahia, e, conforme explicou Cristiane Guimarães, teve por objetivo central alertar para a importância e a força das carreiras típicas de Estado para a sociedade e para a necessidade da recomposição inflacionária.

“Não bastasse toda a generalidade de implicações nefastas da PEC 32/2020, a condição do servidor público

“São estas as considerações trazidas neste momento sobre a Reforma Administrativa e a Recomposição Inflacionária anual que são pleitos de justiça, de retirada da demonização colocada na pele dos servidores que mais do nunca se comprovou a sua necessidade, especialmente quando a sociedade precisou, nos tempos caóticos passados com a pandemia, considerando que agora estamos em retomada efetiva”, finalizou.

Entre os prejuízos levantados pelo grupo com relação à PEC 32/2020, que prevê a reforma administrativa, estão a precarização do regime jurídico único; o fim da estabilidade - mesmo para carreiras que dependem de atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas; a ampliação de cargos comissionados e de duração temporária; a desvalorização do quadro próprio de pessoal da Administração Pública, e o aumento da ingerência política de autoridades e gestores sobre o serviço público.

ATOS CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

A Reforma Administrativa esteve em discussão em reuniões e articulações feitas pelos representantes das entidades que integram o CEO. Uma delas foi o encontro com o deputado Rosemberg Pinto (PT), líder do governo Rui Costa na Assembleia Legislativa. Além da APEB, participaram do encontro o IAF, a AMPEB, a ADEP e a AGGEB. A APEB também publicizou nota técnica da ANAPE contra a proposição. Além disso, assinou nota conjunta de manifesto com o objetivo de sensibilizar a bancada federal baiana sobre os riscos da proposta.



CEO APEB ACIONA TJ PARA RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA

A APEB, por meio do CEO, impetrou uma ação junto ao Tribunal de Justiça cobrando a reposição inflacionária. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) pede que o governador do Estado, Rui Costa, apresente proposta de reposição das perdas acumuladas, que foram de quase 50% nos últimos sete anos, segundo o grupo.

Em caso de não cumprimento, a ação pede que o chefe do Executivo estadual apresente um pronunciamento devidamente fundamentado a respeito da impossibilidade de recomposição re-

muneratória dos servidores públicos estaduais no ano de 2022, seguindo o que determina jurisprudência vinculante do STF, quando da análise do art. 37, X da CF/88.

De acordo com as entidades, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentaria Anual (PLOA) para o exercício de 2022, enviados pelo Governo da Bahia à Assembleia Legislativa, não contemplam autorização específica referente à revisão geral anual, tampouco indicam dotação orçamentária para esse fim.

PEDIDO CAUTELAR MANTÉM REGIME PREVIDENCIÁRIO ANTERIOR PARA SERVIDORES QUE INGRESSARAM ATÉ 2003

Uma grande conquista para os servidores públicos baianos, sobretudo aqueles que se encontram na eminência da aposentadoria e foram atingidos com a imposição dos novos requisitos da reforma da previdência. Trata-se do pedido cautelar inserto em Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 8033612-74.2020.8.05.0000, deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em 17 de fevereiro.

A decisão, inédita em âmbito nacional, conferiu à Emenda Constitucional Estadual nº 26/2020 a interpretação conforme a Constituição Federal, no-

tadamente os arts. 2º, 6º e 6º-A da EC nº 41/2003 e o art. 3º, da EC nº 47/2005, garantindo aos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 a manutenção do regime previdenciário anterior, implicando em manutenção das regras/requisitos anteriores para alçar inatividade na carreira.

A ação teve como autores as entidades representativas de classe integrantes do CEO, incluindo a APEB, que também entrou com uma ação de amicus curiae para reconhecimento do benefício especial.

Notas

REPÚDIO

Em informativo publicizado, a APEB repudiou os termos do Projeto de Lei 10.887/2018, que propôs a reformulação da Lei de Improbidade Administrativa e representava um grande retrocesso no combate à corrupção. O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em outubro último.

VITÓRIA

O TJ/BA reconheceu, por unanimidade de votos, a ilegalidade da limitação da concessão do abono de permanência dos militares e servidores públicos civis do Estado da Bahia a um contingente de 10% (dez por cento) dos servidores efetivos em atividade. A decisão cautelar, requisitada pelas entidades integrantes do CEO por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, foi concedida e suspendendo os efeitos do art. 3º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Estadual nº 14.262/2020. Foi considerada uma grande vitória.

WEBINAR SOBRE REFORMA ADMINISTRATIVA



Temas como estabilidade, desconstitucionalização e novos princípios, acesso ao serviço público, concursos, cargos e contratos de gestão foram debatidos em webinar realizado no dia 24 de maio, pelo CEO, tendo como moderadora a procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE.

Entre os palestrantes convidados estiveram Fabrício Pieroni (ANAPE), Pedro Pontual (ANESP), José Celso Cardoso Jr (Afipea-Sindical) e Miguel Calmon Dantas (APEB). O evento online foi transmitido simultaneamente pelos canais da AGGEB, APEB e IAF no YouTube, e teve o objetivo de apro-

fundar o conhecimento sobre a reforma administrativa, em trâmite no Congresso Nacional.

"A PEC 32 é alvo de duras críticas e vem suscitando muitas preocupações por parte dos servidores públicos. Uma reforma pode abrir caminho fértil para eventuais abusos e atos de corrupção? Esta proposta segue em ataque frontal à sociedade brasileira, pois o que se espera do serviço público é que este seja realizado com eficiência por pessoas compromissadas com a coisa pública, independentemente do matiz ideológico do governo da vez", pontua a procuradora Cristiane Guimarães.

WORKSHOP DE ORATÓRIA NA SEMANA DA ADVOCACIA

Para prestigiar seus associados na Semana da Advocacia, a APEB realizou o workshop "Dicas de Oratória para Advogados", por meio da plataforma zoom, no dia 12 de agosto, das 18h às 19h30. Ministrado pela consultora de imagem, especialista em comunicação corporativa e líder

coach Cristina Barude, o evento abordou também as melhores formas de se comunicar nas redes sociais, o bom desempenho na comunicação online e o domínio dessa linguagem, além de identificar as posturas adequadas no ambiente digital.

LIVE CELEBRA 25 ANOS DA LEI DA ARBITRAGEM

Temas como estabilidade, desconstitucionalização e novos princípios, acesso ao serviço público, concursos, cargos e contratos de gestão foram debatidos em webinar realizado no dia 24 de maio, pelo CEO, tendo como moderadora a procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE.

Entre os palestrantes convidados estiveram Fabrício Pieroni (ANAPE), Pedro Pontual (ANESP), José Celso Cardoso Jr (Afipea-Sindical) e Miguel Calmon Dantas (APEB). O evento online foi transmitido simultaneamente pelos canais da AGGEB, APEB e IAF no YouTube, e teve o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a reforma administrativa, em trâmite no Congresso Nacional.

"A PEC 32 é alvo de duras críticas e vem suscitando muitas preocupações por parte dos servidores públicos. Uma reforma pode abrir caminho fértil para eventuais abusos e atos de corrupção? Esta proposta segue em ataque frontal à sociedade brasileira, pois o que se espera do serviço público é este que seja realizado com eficiência por pessoas compromissadas com a coisa pública, independentemente do matiz ideológico do governo da vez", pontua a procuradora Cristiane Guimarães.



ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

A APEB custeou duas mensalidades dentre seus associados que foram classificados e tiveram as melhores colocações para o curso de Pós-Graduação, modalidade Especialização, na área de Direito Público, promovido pela Escola Nacional de Advocacia Pública (ESNAP), em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). O objetivo do curso é asso-

ciar a excelência acadêmica do Corpo Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) com a experiência profissional diferenciada dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal com o fim de atualizar o conhecimento doutrinário para o aperfeiçoamento no campo de atuação profissional.

ENCONTROS ONLINE NO MÊS DA MULHER

Com o tema “Vozes Femininas”, a APEB realizou no dia 22 de março um webinar em homenagem ao Mês da Mulher em seu canal do Youtube. Com mediação da presidente da APEB

e segunda vice-presidente da ANAPE, Cristiane Guimarães, o evento reuniu convidadas para falar de suas vivências profissionais e escolhas pessoais, ocupando espaços sociais diversos.

Participaram a árbitra Rosana Vigas, a psicóloga Luiza Leão, a antropóloga e coach Mônica Simionato, a jornalista Geogina Maynard, a defensora Elaina Rosas, e a procuradora Ivana Pirajá Luckesi, também contadora de histórias e amante do canto, da música e das palavras.

Outro evento aconteceu no dia 19, numa edição da Sexta Soft, com uma live no Instagram da APEB, sobre o livro “A Única Mulher”, de Marie Benedict, através da resenha narrativa de Maria-



na Machado, procuradora do Estado da Bahia. Trata-se de um romance baseado na incrível história real de Hedy Lamarr, uma linda mulher envolvida com o Terceiro Reich e atriz de estrondoso sucesso. Cientista brilhante, ela luta contra o domínio nazista e é responsável por uma invenção que revolucionou os sistemas de comunicação modernos.

O bate-papo também foi conduzido pela procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE.

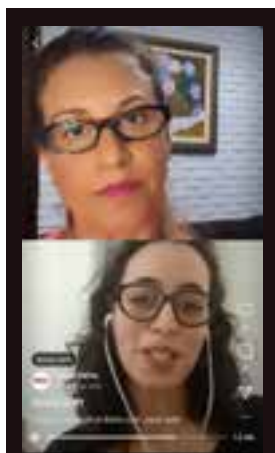
SEXTA SOFT

A APEB realizou no dia 12 de fevereiro uma live em seu Instagram sobre autoconhecimento e aprofundamento no sistema de chakras, com a terapeuta integrativa Jana Leão.

O evento inaugurou a série “Sexta Soft”, que teve como objetivo levantar temas de natureza humanística no ambiente digital que tem como público os associados da entidade, entre outros. O bate-papo foi conduzido pela

procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, e teve como novidade o sorteio de uma oficina gratuita sobre o assunto com a psicoterapeuta.

No dia 2 de abril, aconteceu outra edição: a live “Descomplicando o Mundo do Vinho”, bate-papo conduzido pela procuradora Tatiana Martins, vice-presidente da APEB, com a participação do sommelier Pedro Luz.



LIVE - Sobre autoconhecimento e aprofundamento no sistema de chakras



LIVE “Descomplicando o Mundo do Vinho”

APEB CONVIDA

“Fatos e Fakes da Vacina contra a Covid-19” foi o tema da live APEB Convida, realizada pela associação em seu Instagram, no dia 8 de fevereiro, tendo como convidada a médica infectologista Miralba Freire de Carvalho Ribeiro da Silva, presidente da

Sociedade Baiana de Infectologia (SOBAI) e professora adjunta da FAMEB (UFBA). A conversa foi conduzida pela procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE.

PROCURADORES LANÇAM LIVROS

Procuradores associados da APEB lançaram livros este ano e tiveram o feito divulgado e apoiado pela associação em seus canais oficiais.

Confira quem foram os autores e suas obras:

MULTIDIREITOS VIII: NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO PÚBLICO,

Editora Mente Aberta. Os procuradores **Arley Cavalcante de Oliveira** e **Téssio Rauff de Carvalho Moura** são coautores do capítulo do livro “Conceitos jurídicos indeterminados no Direito Tributário: uma visão da doutrina e do Supremo Tribunal Federal. O associado **Vinícius Cardona França** também foi coautor do capítulo “Indústria cultural, subtração do esquematismo kantiano e semiformação jurídica: reflexões sobre o kantismo, teoria crítica da Escola de Frankfurt e a práxis do Direito no Brasil”.

O associado, advogado e procurador **Cláudio Cairo** lançou o livro **“A PROCESSUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NEGOCIAL”**; a APEB sorteou um exemplar entre seus associados. O objetivo da obra, que é indicada para todos os profissionais e estudantes da área jurídica, é discutir os diversos aspectos da atividade negocial da Administração Pública, reforçados com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, existente desde 2018.

Cristiane Guimarães teve artigo publicado no livro **“CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS IV: PROBLEMAS HUMANOS E CONTEXTO SOCIAL”**, lançado pela Editora Mente Aberta. Na obra, a procuradora Cristiane Guimarães, presidente da APEB e segunda vice-presidente da ANAPE, escreve sobre “A comunicação contemporânea como elemento qualificador da democracia representativa”. O livro reúne profissionais de diversas áreas no campo das Ciências Sociais, situados em diversos estados do Brasil e em Portugal.

VACINAÇÃO

Em conjunto com os associados da Associação dos Gestores Governamentais do Estado da Bahia (AGGEB), a APEB realizou campanha de vacinação com seus associados. A ação aconteceu no dia 28 de maio, na modalidade drive thru, no estacionamento da Sefaz CAB. A iniciativa foi fruto de parceria inédita com outras entidades que integram



o CEO e teve o apoio decisivo da Associação dos Servidores Fiscais da Bahia (ASFEF), face sua expertise em campanhas dessa natureza.

PROCURADORES SÃO CONTEMPLADOS COM O PRÊMIO ALICE GONZALEZ

Os três trabalhos ganhadores estão em publicação especial que pode ser acessada pelo site apeb.org.br



Os procuradores Renata Fabiana Santos Silva, Téssio Rauff de Carvalho Moura, Ariela de Almeida Serra e Verônica de Almeida Carvalho foram os contemplados em mais uma edição do Prêmio Alice Gonzalez, honraria da APEB que tem o objetivo de valorizar a produção intelectual dos procuradores do Estado da Bahia e homenagear a procuradora e jurista Alice Borges.

A premiação contemplou trabalhos admitidos em formatos diversos pela classe, ligados às atividades da Advocacia Pública, e que resultaram numa publicação especial. Os temas das produções ganhadoras foram: “A mediação administrativa como mecanismo de ampliação e fortalecimento das políticas de governo aberto e da eficiência administrativa” (Renata Fabiana Santos Silva), “Teoria do custo dos direitos e direi-

tos fundamentais na teoria de Robert Alexy: por uma abordagem desparoxizadora” (Téssio Rauff de Carvalho Moura) e “Desjudicialização das políticas de saúde: a reserva do possível como limite à intervenção jurisdicional nas políticas públicas sociais” (Ariela de Almeida Serra e Verônica de Almeida Carvalho).

A premiação foi criada pela APEB em 2019 fazendo uma homenagem Alice Borges, a primeira mulher aprovada em concurso público para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, com trajetória de importantes representações em órgãos da área jurídica, além de já ter sido presidente da Apeb. Desde então, acontece anualmente e contempla os três trabalhos que foram melhor qualificados pela comissão julgadora.



Associação dos Procuradores
do Estado da Bahia

Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470
Edifício Empresarial Niemeyer, Salas 212 e 213
Caminho das Árvores, Salvador/Bahia
Tel.: 71 3341-0062
E-mail: aheb@aheb.org.br

aheb.org.br

